



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRIRI

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 11/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em serviços de engenharia em geral.

VALORMENSAL: R\$ 6.544,80 (seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

VALOR GLOBAL: R\$ 78.537,60 (setenta e oito mil quinhentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

BASE LEGAL: Art. 25, inciso II em harmonia com o art. 13 ambos da lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.

JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 11/2023

O Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Siriri, Estado de Sergipe, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação para possível contratação direta da empresa: **RAFAEL DIAS SOUZA SANTOS - ME**, com sede a Praça São José, n.º 202, Sala A, Bairro Centro, CEP 49.49.350-000, Pedrinhas/SE, inscrita no CNPJ sob n.º 40.186.006/0001-10, para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada, em serviços de engenharia em geral, pelo valor mensal de **R\$ 6.544,80** (seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), por um período de **12 (doze)** meses, em conformidade com o Art. 25, inciso II em harmonia com o art. 13 ambos da lei n.º. 8.666/93 e suas alterações, e de acordo com os motivos adiante expostos:

Preliminarmente, a importância da contratação dos aludidos serviços, face à necessidade precípua do Poder Público em manter, através de um efetivo acompanhamento técnico, os serviços abaixo citados:

- Planejamento das ações a serem contratadas junto aos órgãos da esfera Federal ou Estadual;
- Acompanhamento dos contratos de repasses e convênios firmados pela Prefeitura Municipal de Siriri, com outros órgãos;
- Fiscalização dos Projetos e Obras de Engenharia em Execução no âmbito do município de Siriri;
- Consultoria técnica e elaboração de Projetos Básicos de engenharia;
- Execução de processos de licenciamento ambiental junto a ADEMA ou qualquer outro órgão licenciador;
- Assessoria técnica e acompanhamento dos processos licitatórios;
- Emissão de Pareceres técnicos que sejam submetidos a apreciação dos gestores municipais.
- Implantação da estratégia BIM – Building Information modeling, conforme Lei 14.133/2021.

A inviabilidade de licitação ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei n.º 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar;

As dificuldades impostas pelo modelo econômico atual, não permite o Município de Siriri, a realização de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada, em serviços de engenharia em geral, com o seu próprio pessoal, pela falta de qualificação profissional.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRIRI

Os serviços a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 25, inciso II em harmonia com o art. 13 ambos da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, se reporta a “assessoria ou consultorias técnicas...” de forma bem abrangente.

A referida proposta encontra fundamentação de justificativa de sua Contratação nos termos do art. 25, II da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, em face da notória especialização do proponente na área dos serviços a serem contratados.

Configura-se a inexigibilidade de licitação quando for inviável a competição conforme a lição do reconhecido e renomado administrativista Marçal Justen Filho, in verbis:

"Dá-se à inexigibilidade de licitação quando for inviável a competição. O conceito de inviabilidade de competição não foi explicitado pela lei, retratando intencional amplitude de abrangência. Todas as situações que caracterizam a inviabilidade de competição podem propiciar a ausência de licitação e a contratação direta. A lei remete à verificação das circunstâncias de fato, reconhecendo implicitamente a impossibilidade de elenco exaustivo e adotado aprioristicamente”.

O dispositivo legal plurimencionado dispõe:

"Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

.....

II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular com profissionais ou empresas de notória especialização vedada à inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (grifos nossos).

Essa hipótese de inexigibilidade justifica-se ante a reunião dos três requisitos fixados no inciso supra: serviço técnico listado no art. 13, natureza singular do serviço e o profissional de notória especialização.

Em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispôr:

“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado.” (o destaque é nosso)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRIRI

Os serviços a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 13, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, porquanto, os serviços de assessoria e consultoria técnica especializada, em serviços de engenharia em geral, estão elencados naquele dispositivo legal, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, in verbis:

“... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós graduação ou estágios de aperfeiçoamento”.

RAZÃO DA ESCOLHA - art. 26, parágrafo único, inciso II, da Lei n.º 8.666/93

Trata-se de uma Empresa com bastante experiência no ramo de Consultoria em serviços de assessoria e consultoria técnica especializada, em serviços de engenharia em geral, com grande organização, enquadrando-se, indiscutivelmente, dentro do conceito de notória especialização previsto na legislação vigente, senão vejamos:

1.1 - Bom nível de pessoal técnico especializado composto de Engenheiro Civil, bastante qualificado e indiscutivelmente reconhecido perante o poder público.

1.2 - Os equipamentos utilizados pelo Escritório atendem, completamente, as necessidades da execução dos nossos serviços, estando totalmente informatizados.

1.3 – A Empresa mantém um comportamento ético exemplar e um bom entendimento com os órgãos públicos que se relacionam com a Prefeitura.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO
art. 26, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93

Para que algo seja compatível com outro, é preciso que haja uma coexistência harmoniosa entre ambos no mundo comum; assim, para que um preço seja compatível com o de mercado, é preciso que exista, pelo menos, outra empresa, de mesmo porte e capacidade, que preste, exatamente, o mesmo serviço e apresente um preço similar ao primeiro. No caso **da RAFAEL DIAS SOUZA SANTOS - ME**, alguns dos serviços prestados são únicos e especializados, não cabendo, portanto, comparativos, verificados, facilmente, pela unicidade e individualidade dos serviços a serem prestados, tornando seus preços, pela não coexistência, impossíveis de comparação, em virtude da especificidade do profissional, e não pelo valor, entretanto preços justos, dentro de parâmetros aceitáveis e no mesmo patamar dos preços praticados por outras empresas. Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional que o realize, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, “*todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana*”, sendo que o profissional a ser contratado, por intermédio da **RAFAEL DIAS SOUZA SANTOS - ME**, possui conhecimento profundo nesse campo, levando-se em consideração a sua vasta experiência. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os praticados no mercado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRIRI

Reponha extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui exaustiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação. E, nesse diapasão, é-se permitido ao administrador afastar-se da licitação, mediante a relevância do interesse público, do bem comum e da altivez dos bens aqui tutelados. Afinal, a Constituição tutela outros princípios, além do da igualdade. Para respaldar esse entendimento, trazemos à baila as lições do Tribunal de Contas da União:

“(...) o Administrador deve, na situação do inciso II do art. 25, escolher o mais adequado à satisfação do objeto. O legislador admitiu, no caso, a existência de outros menos adequados, e colocou, portanto, sob o poder discricionário do Administrador a escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação, inclusive quanto ao preço, ao prazo e, principalmente, o aspecto do interesse público, que deverá estar acima de qualquer outra razão.”¹

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina o Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Siriri, pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexigência do prévio processo licitatório, ex vi do Art. 25, inciso II, em harmonia com o Art. 13, todos do Diploma Legal alhures referenciado.

Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Siriri, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como conditio sine qua non para eficácia deste ato.

Siriri (SE), 01 de março de 2023.


FRANKLIN HENRIQUE DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Ratifico. Publique-se.
Em 01 de março de 2023.


José Rosa de Oliveira
Prefeito Municipal de Siriri